

● REVISTA

INOVA Ciência & Tecnologia

● EDUCAÇÃO

ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA AUTISTA E SEUS REFLEXOS NA RELAÇÃO COM O ENSINO REGULAR

Fidelina Maria Candido Pinto¹ ; Rosemar Rosa¹  

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Triângulo Mineiro - IFTM, Uberaba, MG, Brasil


RESUMO: Caracterizado por um distúrbio neurológico, o Transtorno de Espectro Autista – TEA apresenta características tanto no aspecto comportamental, quanto nas interações sociais. Dessa forma, no contexto escolar, a alfabetização da criança autista requer uma intervenção pedagógica eficiente na sua rotina. Assim, por meio da análise do histórico apresentado pela família da criança, o professor é capaz de identificar as necessidades educacionais do autista e promover adaptações curriculares necessárias ao aprendizado. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa é verificar intervenções pedagógicas na alfabetização da criança autista no ensino regular. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica para compreender e analisar de que forma os recursos pedagógicos e metodológicos são utilizados para responderem aos desafios de alfabetizar o autista. Nos resultados, verificou-se que a inclusão, como princípio educativo das políticas públicas para a educação, alinhadas ao papel das famílias e as ações pedagógicas desenvolvidas pelos professores em sala de aula do ensino regular, bem como nas salas de AEE com recursos de tecnologias assistivas, são intervenções que podem oportunizar aos alunos autistas todas as possibilidades de aprendizagem para o desenvolvimento tanto cognitivo, quanto social e afetivo. Conclui-se que o conjunto de ações efetivas permite que a inclusão escolar aconteça conforme as diretrizes das políticas públicas.

* Autor correspondente:
fidelina@iftm.edu.br

Recebido: 30/10/2020.
Aprovado: 08/09/2021.

Como citar: Pinto, F. M. C., & Rosa, R. (2021). Alfabetização da criança autista e seus reflexos na relação com o ensino regular. *Revista Inova Ciência & Tecnologia / Innovative Science & Technology Journal*, 2021;7:e0211203
doi.org/10.46921/riict2021-1203

Editores:

Dr. Adelar Jose Fabian  
Dr Robson Gonçalves Félix  

Copyright: este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença de atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição, e reprodução em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Palavras-chave: Alfabetização. Autismo. Intervenções Pedagógicas.

LITERACY OF THE AUTISTIC CHILD AND ITS REFLECTIONS IN RELATION TO REGULAR EDUCATION

ABSTRACT: Characterized by a neurological disorder, Autistic Spectrum Disorder - ASD presents characteristics both in behavioral aspects and in social interactions. In the school context, child's autistic literacy requires an efficient pedagogical intervention in their routine. Analyzing the history presented by the child's family, the teacher is able to identify the educational needs of the autistic person and promote appropriated curricular adaptations for learning. Thus, the objective of this research is to prove the efficiency of pedagogical interventions in child's autistic literacy. The methodology used to understand and analyze how the pedagogical and methodological resources used respond to the challenges of literacy for the autistic person was the literature review. In the results, it was found that student inclusion, as an educational principle of educational public policies, aligned with the role of families and the pedagogical actions developed by teachers in a regular education classroom, as well as in SES (specialized educational service) classroom with assistive technological resources, are actions that can provide opportunities for autistic students have all the learning possibilities for cognitive, social and affective development. We concluded that the set of effective actions allows school inclusion to happen according to public policy guidelines.

Keywords: Literacy. Autism. Pedagogical Interventions.



INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da educação, pessoas são excluídas do processo de alfabetização, enquanto outras nem sequer tem a chance de entrar nele. Hoje em dia, a exclusão continua a acontecer, porém percebe-se que mesmo lentamente há uma quebra de paradigmas quando se trata de inclusão, motivada principalmente pelas políticas públicas. Segundo Carvalho (2006), colocar os pingos nos "is" é defender que a inclusão envolve reestruturação das culturas, políticas e práticas das escolas que, como sistemas abertos, precisam rever suas ações. A política de inclusão não consiste somente na permanência física de alunos com necessidades educacionais específicas, mas também na escola consciente de sua função, que define a sua responsabilidade criando espaços não para inserir, mas sim para incluir de fato; consciente da diversidade dos alunos, e se reconhecendo como uma escola para todos.

A Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 se apresenta como um marco regulatório para as pessoas com deficiência. Considera a pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015), tendo como parâmetro a limitação funcional, os recursos de acessibilidade e apoios não se impõe como obstáculo ao exercício de seus direitos. Bonilha (2016, p. 208) destaca que "os obstáculos enfrentados pelas pessoas com deficiência não advêm de seus impedimentos físicos, sensoriais ou intelectuais, mas sim da interação desses impedimentos com as barreiras presentes no ambiente".

No contexto educacional, o direito à educação especial na rede pública está expresso no artigo 4º da Lei 9.394/1996, Lei das Diretrizes e Bases da Educação – LDB:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: (...) III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1996)

Ponderemos que o meio educacional possibilita o desenvolvimento do potencial dos alunos. Assim sendo, é dever dos pais matricular a criança com necessidades específicas no ensino regular a fim de estimular a socialização com a comunidade escolar. Sendo dever dos educadores acolher, estimular a se desenvolver e promover ações motivadoras para o aprendizado.

Dentre as crianças com necessidades específicas, encontram-se os autistas. De acordo com a Lei nº12764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, o Art. 1º, §1º estabelece que é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela

portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I e II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, 2012)

Ainda no § 2º, determina-se que a pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA instituído pela Lei nº8.069/1990 preconiza, em seu Art. 54, que é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino, uma vez que toda criança e adolescente têm direito à educação para garantir seu pleno desenvolvimento como pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Segundo Tamanaha, Perissinoto e Chiari (2008), o Autismo Infantil foi definido por Kanner, em 1943, sendo inicialmente denominado Distúrbio Autístico do Contato Afetivo, como uma condição com características comportamentais bastante específicas tais como: perturbações das relações afetivas com o meio, solidão autística extrema, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico aparentemente, normal, comportamentos ritualísticos, início precoce e incidência predominante no sexo masculino. Já Gaiato e Teixeira (2018, p. 13) conceituam o Autismo ou Transtorno do Espectro Autista como "uma condição comportamental em que a criança apresenta prejuízos ou alterações básicas de comportamento e interação social, dificuldades na comunicação, por exemplo, na aquisição da linguagem verbal e não verbal; alterações de cognição e presença de comportamentos repetitivos ou estereotipados".

O TEA se apresenta sob vários tipos e níveis de gravidade nos sintomas. A Síndrome de Asperger é considerada mais leve, as crianças geralmente apresentam inteligência acima da média e obsessão por objetos ou assuntos. Segundo Herrera (2005), o Transtorno Invasivo do Desenvolvimento é caracterizado como uma fase intermediária, na qual as crianças apresentam sintomas variados, como dificuldades de interação social, menor competência linguística e poucos comportamentos repetitivos. Quanto ao desempenho escolar dessas crianças, Herrera (2005, p. 168) destaca que este é contaminado pelo julgamento social pelo fato de exercerem a comunicação de forma diferenciada se comparados com os demais.

Para Liberalesso (2020), no Transtorno Autista, os sintomas são bastante acentuados, as capacidades de cognição, linguística e interação social são afetadas mais intensamente, como por exemplo a falta de contato visual, os comportamentos repetitivos, dificuldades de comunicação verbal e desenvolvimento tardio ou nenhum desenvolvimento da linguagem. Já o Transtorno Desintegrativo da Infância é o menos comum, porém mais grave, pois a criança pode começar a perder suas habilidades cognitivas, linguísticas, intelectuais e sociais no período que se estende dos 2 aos 4 anos de idade e não conseguir mais recuperá-las.

Os níveis de gravidade do TEA são classificados como leve, médio e grave. Segundo Liberalesso (2020, p.23-25), no nível leve, há dificuldades de interagir com as pessoas ao seu redor e apresentam respostas atípicas a socialização, dificuldades na troca de atividades e problemas com organização. No nível médio, aumenta a gravidade ou a limitação nas interações sociais, na comunicação, e são mais inflexíveis as mudanças. Já no nível grave, os déficits de comunicação, dificuldades extremas para mudanças e os comportamentos repetitivos se mostram bastante acentuados.

Podemos nos comunicar por meio da fala, o que chamamos de comunicação verbal ou por intermédio da entonação de voz e gestos, expressão corporal e facial, ou seja, comunicação não verbal. (KINOSHITA, 2019). No entanto, há casos em que o autista não desenvolve a fala e para se comunicarem fazem uso da agressividade, choro e gritos na tentativa de se fazerem entendidos. [...] o conjunto de ações com recursos verbais e não verbais permite compreendermos o outro e sermos compreendidos também. No entanto, essa via de mão dupla, muitas vezes não acontece com a criança ou adolescente com TEA, pois de acordo com as pesquisas cerca de 50% das pessoas com autismo não desenvolvem a fala naturalmente (KINOSHITA, 2019, p. 6).

Porém Barbosa (2012) esclarece que não devemos nos deter nas dificuldades, mas sim viabilizar as potencialidades, sempre visando à independência, autonomia, socialização e autorrealização de quem vive e se expressa dessa maneira tão peculiar. Para Vygotsky (1983, p. 45), “o grau da deficiência ou da normalidade depende do resultado da compensação social, ou seja, da formação final de toda a personalidade”. Neste contexto, o planejamento escolar deve ser objetivo, ter um ritmo constante, conter atividades que valorizem a organização, o controle do tempo para as atividades, o comportamento e a socialização, bem como estimular a interação visual com atrativos que prendam a atenção, além de atividades lúdicas para desenvolver as habilidades e potencialidades. A avaliação das atividades deve ser feita sob vários pontos de vista e perspectivas, considerando aquilo que a criança evoluiu de acordo com seu perfil e suas peculiaridades, sem deixar de observar que é comum ao autista a insistência em realizar atividades restritas e de seu próprio interesse.

Vygotsky (*apud* IVIC, 2010, p.16) afirma que a sociabilidade da criança é o ponto de partida de suas interações sociais com o seu entorno. Nesse sentido, pretende-se neste estudo verificar intervenções pedagógicas na alfabetização da criança autista no ensino regular, tendo em vista que como estímulo, a criança precisa receber o apoio de familiares, de uma equipe multiprofissional e professores com o objetivo de promover intervenções e alcançar êxito no processo de alfabetização. É necessário a criação de um currículo funcional “para a vida prática compreende tarefas que podem ser executadas em perfeita sintonia entre escola e a família, alcançando etapas previamente estabelecidas” (CUNHA, 2009, p. 59).

MATERIAL E MÉTODOS

Gil (2007, p.17) define a pesquisa como o “(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo construído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados”.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, a qual permitiu o levantamento de dados das pesquisas relacionadas ao tema proposto, seu aprofundamento teórico sobre o que já foi produzido sobre o assunto, cujos autores ressaltam os desafios da alfabetização de crianças autistas e as intervenções pedagógicas necessárias para concretização dos processos de ensino, com a finalidade de construir a base teórica que possa sustentar a proposta da pesquisa.

A abordagem foi qualitativa, seguindo a abordagem de Godoy (1995, p.58) “[...] é a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, para compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo”. De natureza exploratória, esta pesquisa proporcionou uma maior familiaridade e compreensão da situação estudada.

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, com leituras de livros, revistas, artigos científicos e documentos que tratam da educação inclusiva, especificamente sobre crianças com Transtorno de Espectro Autista – TEA, seguindo a forma proposta por Fonseca (2002, p. 32):

A pesquisa [...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meio de escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo

de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Foram selecionados, para esta pesquisa, autores que tratam de temáticas acerca do TEA, da importância da família, da inserção da criança nos ambientes escolar e social, na inclusão da criança no ensino regular, da intervenção pedagógica na sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE e da compreensão das vantagens do ensino individualizado e dos recursos de tecnologia assistiva no processo de alfabetização da criança autista, frente aos desafios dos educadores em concretizar a aprendizagem.

Por fim, a interpretação dos resultados da pesquisa foi descrita considerando os dados coletados e objetivos da pesquisa associados ao referencial teórico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A importância da família e a inserção da criança no ensino regular

Os comportamentos infantis decorrentes da idade não podem ser confundidos com algum tipo de transtorno, assim a observação correta dos sintomas em conjunto com profissionais da área da saúde é imprescindível para detectar qualquer anomalia que evidencie um retardo no desenvolvimento da criança, bem como a proteção contra qualquer forma de discriminação.

A família tem desempenhado importante papel na vida da criança com necessidades educacionais específicas. Em primeiro lugar, vem a aceitação da criança com seu modo peculiar de ser e ver o mundo; em segundo lugar, já na fase de escolarização, vem o enfrentamento das dificuldades em se conseguir uma escola que atenda às necessidades educacionais da criança. Alonso (2013) nos esclarece que “a família compõe a rede de apoio como a instituição primeira e significativamente importante para a escolarização dos alunos. É a fonte de informações para o professor sobre as necessidades específicas da criança”.

Para a criança autista, quanto mais cedo o diagnóstico, mais cedo poderão ser tomadas medidas interventivas e encaminhamento para o adequado atendimento multiprofissional a fim de que o desenvolvimento cognitivo e intelectual da criança não seja prejudicado, traduzindo em fracasso escolar.

Nos últimos anos, a temática do autismo tem ganhado espaço e visibilidade mediante mobilizações de ativistas, Organizações Não Governamentais – ONGs, famílias e os próprios autistas. Como resultado, as políticas públicas no contexto educacional têm sido amplamente divulgadas. No entanto, há ainda escolas em desconformidade com a Lei. Umas não tem estrutura arquitetônica e contam com um número insuficiente de profissionais para atender a demanda inclusiva. Outras negam a matrícula ou cobram taxas adicionais, apesar de ser crime previsto em Lei. A irregularidade na oferta da educação inclusiva e a falta de planejamento nas escolas são um entrave no processo de inclusão.

Intervenção pedagógica com os recursos da sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE

Com as políticas públicas de inclusão, as escolas vêm enfrentando o desafio de receber alunos com algum tipo de deficiência, o que pressupõe promover na escola adequações arquitetônicas, metodológicas e curriculares para colocar em primeiro lugar o fortalecimento do aprendizado. Nessa premissa, o Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução nº 04/2009, instituiu as diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional:

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (CNE/CEB, 2009).

Gaiato e Teixeira (2018, p. 28) reforçam que o autismo é uma questão de saúde pública. Dentre as diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.764/2012, citamos o direito ao atendimento multiprofissional e, para garantir esse direito, as escolas vêm buscando como projeto de gestão escolar, adequar a sala de AEE como um serviço de apoio ao ensino em sala de aula.

As Diretrizes Operacionais da Educação Especial para AEE na educação básica (MEC, 2008) conceituam o AEE como sendo um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza o conjunto de atividades, recursos pedagógicos e de acessibilidade, realizado na sala de recursos multifuncionais a fim de complementar a formação dos alunos no ensino regular.

Nesta sala, o mediador pode ser o professor ou pedagogo com formação em Educação Especial para poder dar suporte mais específico às necessidades educacionais de cada aluno, preferencialmente em turno diferente da sala de aula comum, para que desenvolva e aprenda de forma natural, considerando o atendimento não como um reforço, mas sim como complemento ou suplemento para que o aluno não apresente atraso no aprendizado e seja incorporado a prática em sala de aula.

O Plano de Ensino Individualizado - PEI

Os professores que atuam nas salas de AEE vem buscando desenvolver metodologias, recursos pedagógicos e de tecnologia assistiva para implementar

novas possibilidades de aprendizado para o aluno autista. Para tanto, é necessário analisar o comportamento em sala de aula e propor uma intervenção pedagógica para a criança.

O Plano de Ensino Individualizado (PEI) é um dos documentos mais importantes da educação inclusiva. Toda criança com atraso no desenvolvimento precisa de um PEI para que tenha o atendimento especializado adequado em todas as áreas do desenvolvimento pedagógico, motor, da linguagem e problemas sensoriais. Dentre suas vantagens, destacamos a possibilidade de inclusão mais eficiente como, por exemplo, auxiliar o aluno a conseguir atender as exigências do currículo padrão ou tradicional da escola, considerando as potencialidades e respeitando as limitações.

No contexto educacional, primeiramente é necessário adequar todos os objetivos na elaboração do PEI, levando em conta o fator idade da criança, o que se espera dela, considerando o que é capaz de fazer na parte do desenvolvimento da linguagem, da fala e da coordenação motora. Para os atrasos muito severos no desenvolvimento, é preciso levar em conta não só a idade, mas também as habilidades funcionais da criança, ou seja, o que ela já sabe fazer, quais são os comportamentos que apresenta e quais são os déficits no seu desenvolvimento. Assim, é possível ter um olhar do que é funcional dentro do contexto educacional desse aluno. Como documento norteador, o PEI possibilita promover as adaptações que contornem as dificuldades da criança no processo de aprendizagem.

Os recursos de Tecnologia Assistiva no processo de alfabetização da criança autista

O Programa de Implantação da Sala de Recursos Multifuncionais (MEC, 2010) ressalta que a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva e de apoio pedagógico para o atendimento às especificidades dos alunos proporcionam a ampliação das habilidades funcionais aumentam ou melhoram a capacidade de aprendizagem, proporcionam a independência e consequentemente a inclusão.

A pesquisa de Rosa (2018 p. 83) identificou que "(...) diversos pesquisadores se depararam com duas questões extremamente relevantes: o desenvolvimento de recursos que proporcionassem condições dessas crianças se comunicarem e o desenvolvimento de adaptações no meio ambiente escolar e social para promover a interação e os processos de comunicação". No mesmo sentido, Bersch (2017 p.12) destaca que a tecnologia pode ser considerada como assistiva no contexto educacional quando "tem por objetivo romper barreiras sensoriais, motoras ou cognitivas que limitam/impelem seu acesso às informações; quando favorecem seu acesso e participação ativa e autônoma em projetos pedagógicos".

Atualmente, há no mercado diversos softwares capazes de auxiliar tanto o professor na elaboração do planejamento pedagógico de ensino quanto o aluno no processo de aprendizagem. Dentre os recursos de tecnologia assistiva, destacamos a Comunicação Alter-

nativa, conceituada como um conjunto de técnicas e procedimentos direcionados à pessoa com deficiência com prejuízos na comunicação, ou na habilidade de falar ou escrever. Para Sartoretto e Bersch (2020), com a Comunicação Alternativa "(...) são organizados e construídos auxílios externos como cartões de comunicação, pranchas de comunicação, pranchas alfabéticas e de palavras, vocalizadores ou o próprio computador que, por meio de software específico, pode tornar-se uma ferramenta poderosa de voz e comunicação".

Segundo Rosa (2018), projetos de tecnologia assistiva são desenvolvidos com o uso da realidade aumentada para comunicação com crianças autistas, como por exemplo, a prancha de comunicação aumentativa e alternativa. A mesa utilizada com crianças que não tinham nenhum tipo de comunicação falada ou gestual e não tinham compreensão simbólica do que significavam os objetos, não compreendiam o que era uma bola ou uma cadeira. Considerados como aliados ao processo de inclusão escolar, os recursos de tecnologia assistiva vem se mostrando eficientes e atrativos no processo de aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta pesquisa, apresentamos a importância do processo de avaliação para identificar as habilidades funcionais da criança autista. Observamos que cabe ao professor traçar objetivos de ensino e as metas de aprendizagem dentro de cada área do desenvolvimento que estiver trabalhando com foco no comportamento verbal para identificar de que forma ensinar.

Ainda que não apresente números consideráveis, a inclusão tem sido incorporada e revela ações que podem ser consideradas práticas para apoiar o professor. Ter um segundo professor na sala de aula, é um exemplo, seja presente durante todas as aulas ou em alguns momentos, nas mais diversas modalidades: intérprete, apoio, monitor ou auxiliar. Esse professor poderá ter formação específica, básica ou poderá ser um estagiário. A participação do professor do AEE poderá ocorrer na elaboração do planejamento e no suporte quanto a compreensão das condições de aprendizagem dos alunos, como forma de auxiliar a equipe pedagógica. (ALONSO, 2013).

Para Whitman (2015, p. 280), "a adequação da educação regular para as crianças com transtorno provavelmente depende da qualidade de seus professores, dos assistentes em sala de aula e dos recursos adicionais disponíveis". Com a implementação de programas de ensino, o professor consegue medir se o aluno está aprendendo ou não, considerando o desenvolvimento verbal da criança, registrar como está o seu desempenho, se ele está aprendendo e como está aprendendo.

Do ponto de vista de Whitman (2015), um dos grandes desafios é desenvolver programas avaliativos

eficazes pelos quais as crianças precisam aprender não apenas competências comportamentais, mas também entender melhor as suas mentes e habilidades. Em suas pesquisas, Silva e Oliveira (2018) observaram que as avaliações têm por objetivo estimular o aluno a aprender e não somente classificá-lo.

Os estudos de Gobbo *et al.* (2018) mostraram que, embora poucas pesquisas enfatizem, crianças com autismo podem apresentar talentos ocultos e habilidades que provavelmente são características do autismo e podem ser usadas a seu favor. Os talentos são adquiridos através de prática, enquanto habilidades são indicadores de processamento de informação.

Quanto ao envolvimento e participação dos pais no processo de aprendizagem, Gaiato e Teixeira (2018 p. 46) esclarece que os pais tem oportunidade de estimular seus filhos. Diariamente há oportunidades para trabalhar conteúdos para generalização da aprendizagem, além de prevenir a instalação ou piora de comportamentos inadequados ou opositores.

Silva (2011 p. 56) afirma que a escola e a família devem estar completamente envolvidas nas tarefas educativas ou na concretização de projetos comuns, assim a comunicação passa a ser mais transparente, a cooperação de ambas as partes mais proveitosa e, conseqüentemente, os recursos são potencializados. A pesquisadora concorda e cita em sua pesquisa a opinião de Filomena Pereira quanto ao processo de aprendizagem:

o autismo tanto pode manifestar-se em indivíduos que apresentam dificuldades muito severas na aprendizagem, como em outros com nível intelectual elevado. Algumas pessoas com Perturbação do Espectro de Autismo - PEA poderão ter muito sucesso acadêmico, serem bons alunos, terem êxito nas suas opções profissionais e, ao mesmo tempo, experimentar algumas dificuldades sociais e de comunicação, necessitando de ajudas para se adaptarem. Outras apresentarão dificuldades na aprendizagem exigindo suporte para realizar as tarefas mais simples do dia a dia (PEREIRA, 2008, p. 12)

Segundo Gaiato e Teixeira (2018), na escola, as crianças com autismo frequentemente apresentam comportamentos desadaptativos, sendo importante que os profissionais da escola saibam como reforçar comportamentos adequados. Atividades interativas servem para auxiliar o autista a interagir com o mundo ao seu redor, seja com familiares, na escola e em atividades em grupo.

Whitman (2015, p. 292) observou, nas pesquisas de Raven (2002), que “as crianças mais ajustadas emocionalmente estão mais propensas a ter sucesso na escola. Por outro lado, aponta que crianças com dificuldades emocionais são mais difíceis de ensinar e são alvo de antipatia por professores e colegas, o que causa a perda de oportunidades valiosas de aprendizado”.

Neste sentido, a pesquisa de Souza, Marques e Pereira (2018, p. 12) demonstrou que as interações sociais a partir das atividades lúdicas “começa a se quebrar as barreiras dos alunos autistas, que são mais introvertidos, a relação de brincadeiras com os colegas pode ampliar novas possibilidades para o seu total desenvolvimento social, físico, por aprimorar habilidades motoras e também comportamentais”.

De acordo com os resultados, pesquisadores ressaltam que a inclusão como princípio educativo, as políticas públicas para a educação, alinhadas ao papel das famílias e as ações pedagógicas desenvolvidas pelos professores em sala de aula do ensino regular, bem como nas salas de AEE com recursos de tecnologias assistivas, são intervenções que podem oportunizar aos alunos autistas todas as possibilidades de aprendizagem para o desenvolvimento tanto cognitivo, quanto social e afetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O leque de possibilidades de aprendizagem dos alunos com TEA se consolida a partir do momento em que há a participação efetiva da família nesse processo, o apoio do professor para identificar as habilidades e dificuldades que cada aluno apresenta em sala de aula de ensino regular, a promoção de ações pedagógicas eficientes e o encaminhamento do aluno para a sala de AEE de modo complementar ou sanar suas dificuldades no processo de aprendizagem.

Os resultados demonstram que, com os recursos e intervenções pedagógicas adequados, é possível a alfabetização de crianças autistas, bem como a sua inserção em ambientes escolares de ensino regular. O cenário atual mostra que a educação inclusiva está sendo incorporada nas escolas, nas salas de AEE. Eliminar as barreiras no processo de ensino e aprendizagem é fundamental para que a inclusão ocorra e deve estar presente em todos os contextos educacionais.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Daniela. **Os Desafios da Educação Inclusiva**: Foco nas redes de apoio. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio>>. Acesso em 27 mar. 2020.

BARBOSA, Ana Beatriz et al. **Mundo Singular**: entenda o autismo. São Paulo. Fontanar. 2012.

BASTOS, Marise Bartolozzi. Escrita e alfabetização de crianças com transtorno do espectro autista (TEA). *In*: Adriana Marcondes Machado, Ana Beatriz Coutinho Lerner, Paula Fontana Fonseca (org.). **Concepções e proposições em Psicologia e Educação**: A trajetória do Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2017. p. 135-148. Disponível em: <<https://www.blucher.com.br/livro/detalhes/concepcoes-e-proposicoes-em-psicologia-e-educacao-1363/psicologia-e-psicanalise-353>>. Acesso em 17 fev. 2020.

BERSCH, Rita. **Introdução a Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre. 2017. Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>. Acesso em 29 abr. 2020.

BONILHA, Fabiana Fator Gouvêa. Da Tecnologia Assistiva. In: Joyce Marquizein Setubal, Regiane Alves Costa Fayán (orgs.). **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Campinas: Fundação FEAC, 2016. p. 207-213. Disponível em: <<https://www.feac.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Lei-brasileira-de-inclusao-comentada.pdf>>. Acesso em 12 ago. 2021.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069compilado.htm>. Acesso em 09 mar. 2020.

_____, Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm>. Acesso em 18 mar. 2020.

_____, Presidência da República. **Lei nº 12.764, de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em 09 mar. 2020.

_____, Presidência da República. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm>. Acesso em 12 ago. 2021.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Brasília, DF, 2010.

_____, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em 22 mar. 2020.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192>. Acesso em 15 ago. 2021.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2006.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Gerente, 2009.

FISCHER, Marta Luciane. **Tem um Estudante Autista na minha Turma! E agora?** O Diário Reflexivo Promovendo a Sustentabilidade Profissional no Desenvolvimento de Oportunidades Pedagógicas para Inclusão. Rev. bras. educ. espec. vol.25 no.4 Bauru Oct./Dec. 2019 Epub Nov 25, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382019000400535&tlng=pt>. Acesso em 26 fev. 2020

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GAIATO, Mayra; TEIXEIRA, Gustavo. **Reizinho Autista: Guia para lidar com comportamentos difíceis**. 1ª ed. São Paulo: nVersos, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOBBO, Maria Renata M. *et al.* **Ferramenta para alfabetização de crianças com TEA**. Sánchez, J. Editor. Nuevas Ideas em Informática Educativa, Volumen 14, p. 80-88. Santiago de Chile. Disponível em: <<http://www.tise.cl/Volumen14/TISE2018/80.pdf>>. Acesso em 22 mar. 2020.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2. 1995.

HERRERA, Simone Aparecida Lopes. **Transtornos da linguagem expressiva nos portadores de transtornos invasivos do desenvolvimento**. *apud* Camargos Jr., Walter (coord.) Transtornos Invasivos do Desenvolvimento: 3o Milênio. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2005. 260 p.

IVIC, Ivan. Lev Simionovich Vygotsky. Ivan Ivic; Edgar Pereira Coelho (org.) – Recide: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 140 p.: il. – (Coleção Educadores). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/tex>>. Acesso em 14. Ago. 2021.

KINOSHITA, Renato Lyuiti. **Autismo e Linguagem: Entendendo a Comunicação Suplementar e/ou Alternativa**. Disponível em: <https://lp.neurosaber.com.br/wp-content/uploads/2019/07/Autismo-e-Linguagem-Entendendo-a-Comunicação-Suplementar-e-ou-Alternativa_ebook-1.pdf>. Acesso em 26. Fev. 2020.

LIBERALESSO, Paulo. **Autismo: compreensão e práticas baseadas em evidências** (Livro eletrônico) / Paulo Liberalesso e Lucelmo Lacerda. 1ª ed. Curitiba: Marcos Valentin de Souza, 2020.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Wak. 2009.

PEREIRA, Filomena. **Unidades de ensino estruturado para alunos com perturbações do espectro de autismo** – Normas orientadoras. Lisboa: Ministério da Educação. DGIDC. Disponível em: <www.appdaleiria.pt>. Acesso em 23 mar. 2020.

ROSA, Valeria Ilsa. **Design Inclusivo**: processo de desenvolvimento de prancha de Comunicação Alternativa e Aumentativa para crianças com Transtorno do Espectro do Autismo utilizando Realidade Aumentada. Tese de Doutorado. UFRGS. 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/174392>>. Acesso em 10 mar 2020.

SARTORETTO, Mara Lúcia. BERSCH, Rita. **O que é a comunicação alternativa**. Assistiva Tecnologia e Educação. 2020. Disponível em: <<https://www.assistiva.com.br/ca.html>>. Acesso em 10 mar 2020.

SILVA, Maria da Conceição Lopes da Cruz. **Aprendizagem da Leitura e da Escrita em Crianças com Perturbação do Espectro do Autismo: Propostas Pedagógicas**. Dissertação de Mestrado. Universidade da Beira Interior. Out. 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.6/2112>>. Acesso em 23 mar. 2020 *apud* PEREIRA, Filomena. **Unidades de ensino estruturado para alunos com perturbações do espectro de autismo** – Normas orientadoras. Lisboa: Ministério da Educação. DGIDC. Disponível em: <www.appdaleiria.pt>. Acesso em 23 mar. 2020.

SOUZA, Maria Eduarda da S. MARQUES, Tayna Lurdiane L. PEREIRA, Angela Maria Almeida, **A alfabetização de crianças autistas através da ludicidade**. V CONEDU Congresso Nacional de Educação. Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD1_SA9_ID10091_10092018120544.pdf>. Acesso em 23 mar. 2020.

Tamanaha, Ana Carina; PERISSINOTO Jacy; Chiari Brasília Maria. **Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger**. Rev. soc. bras. fonoaudiol., São Paulo, v. 13, n. 3, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsbf/a/4R3nNtz8j9R9kgRLnb5jNrv/?lang=pt>>. Acesso em 12 ago. 2021.

VYGOTSKI, L. S. El defecto y la compensación. In: _____. Obras escogidas V: Fundamentos de defectología. Traducción Júlío Guillermo Blank. Moscú: Editorial Pedagógica, 1983b. p. 41- 58.

WHITMAN, Thomas L. **O desenvolvimento do autismo**. São Paulo: M Books, 2015.